

A tempestade que podemos evitar



» JARBAS BARBOSA
Diretor da Organização
Pan-Americana
da Saúde (Opas)

Uma grande tempestade se aproxima da América do Sul. Não traz ventos nem chuvas, mas, sim, doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e problemas de saúde mental que ameaçam nossa saúde, nossa economia e nosso futuro. Mas há esperança: se agirmos agora, podemos evitar essa crise.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a Universidade Harvard, essas condições podem custar à América do Sul US\$ 7,3 trilhões entre 2020 e 2050, o equivalente a 4% do PIB regional — refletindo mortes prematuras, incapacidades e queda na produtividade.

O custo humano é ainda maior. As doenças crônicas não transmissíveis causam mais de 80% das mortes nas Américas, e quase 40% delas ocorrem antes dos 70 anos. São pais que perdem a vida por infartos evitáveis, ou jovens que enfrentam depressão sem apoio adequado.

A hipertensão afeta mais de um terço da população, mas apenas um em cada três casos está sob controle. A diabetes atinge 13% da população, enquanto a obesidade (presente em um terço dos adultos), o tabagismo, o consumo de álcool, a má alimentação e o sedentarismo alimentam esse problema.

Paralelamente, a saúde mental exige atenção urgente: a depressão é uma das principais causas de incapacidade, e o suicídio é a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Em comunidades rurais e indígenas, o estigma e a falta de serviços agravam o problema.

A boa notícia é que a América do Sul não está de braços cruzados. Os 10 países analisados pela Opas e pela Universidade Harvard — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru,

Uruguai e Venezuela — estão tomando medidas.

A Argentina conta com uma lei de rotulagem frontal de alimentos baseada nas melhores evidências disponíveis e fortalece a saúde mental com o registro obrigatório de tentativas de suicídio e a capacitação da atenção primária. A Bolívia avança em legislação sobre doenças crônicas não transmissíveis, expande a iniciativa HEARTS — voltada à prevenção e ao controle de doenças cardiovasculares —, adota novas normas para o tratamento do câncer e desenvolve seu Plano Plurinacional de Saúde Mental.

O Brasil está promovendo a taxação de produtos nocivos e acelerando a eliminação do câncer do colo do útero, com cobertura de vacinação contra o HPV próxima de 70% entre meninos e superior a 82% entre meninas, além de um amplo programa de testagem molecular na atenção primária.

O Chile integrou a iniciativa HEARTS em 90% de seus centros de atenção primária, lidera em telessaúde e aplica políticas fiscais saudáveis com uma abordagem territorial e inovadora. O Equador sancionou uma Lei Orgânica de Saúde Mental baseada em um modelo integral e comunitário e expandiu a iniciativa HEARTS a 81% de seus centros de saúde.

A Colômbia reforçou a vacinação contra o HPV, adotou impostos saudáveis e aprovou uma nova lei de saúde mental com investimento significativo para criar uma rede integral de atendimento.

O Paraguai lançou a Política Nacional de Saúde Mental com a linha de ajuda “155 Te Escuta. Sua saúde mental importa” e está implementando o teste de HPV em 80% de seus departamentos.

O Peru tornou-se referência regional ao fortalecer sua rede comunitária de saúde mental, enquanto o Uruguai — líder no controle do tabaco — desenvolve uma nova estratégia voltada aos jovens, promove planos departamentais de prevenção do suicídio e avança na prevenção do câncer do colo do útero.

A Venezuela, por sua vez, proibiu os cigarros eletrônicos, capacita os profissionais da atenção

primária para melhorar o cuidado em saúde mental e cardiovascular e promove o diagnóstico precoce do câncer infantil.

A Opas lidera esse esforço regional por meio das iniciativas “Melhor Atenção para as doenças crônicas não transmissíveis” e HEARTS, fortalecendo a atenção primária e promovendo políticas públicas integradas. Desde o ano 2000, a região reduziu em 16% a mortalidade por doenças crônicas e em 22% o consumo de tabaco, mas ainda enfrenta desafios importantes: acesso desigual, estigmas persistentes e a interferência de indústrias que dificultam o progresso.

Setembro de 2025 representou uma oportunidade estratégica. A Quarta Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Prevenção e Controle das Doenças não Transmissíveis, Promoção da Saúde Mental e Bem-Estar, em Nova York, permitiu que a América do Sul — e toda a região — renovasse seu compromisso de reduzir em um terço a mortalidade prematura por essas doenças até 2030.

E como evitamos essa tempestade? Apostando na cobertura universal de saúde, com atenção especial às doenças crônicas não transmissíveis e à saúde mental; investindo em prevenção, educação, tratamento e vigilância; adotando políticas fiscais corajosas; fortalecendo a atenção primária com detecção precoce, vacinação contra o HPV e melhor controle da hipertensão e da diabetes; e combatendo o estigma, com a ampliação dos serviços comunitários de saúde mental.

Mas precisamos ir além. Os países devem liderar uma transformação sistêmica. A saúde é um investimento em equidade, desenvolvimento e prosperidade. A Opas está pronta para continuar apoiando os países nesse processo como articuladora regional, referência técnica e promotora de padrões comuns.

As evidências são claras, as soluções estão ao nosso alcance e o tempo é curto. Se agirmos com coragem, essa tempestade não nos atingirá. Juntos, podemos construir um futuro mais saudável para a América do Sul e para todas as Américas.

Educação especial começa pela valorização do professor



» RENATA ABREU
Presidente nacional do Podemos e
deputada federal por São Paulo

Educação é a base de todas as transformações sociais, especialmente sob o aspecto da inclusão. É nela que moldamos cidadãos, construímos oportunidades e definimos o futuro de um país. No entanto, quando olhamos para a realidade brasileira, vemos uma contradição dolorosa: temos uma das legislações mais avançadas do mundo em defesa das pessoas com deficiência, mas ainda estamos distantes de garantir o direito à educação inclusiva de forma efetiva.

Levantamento do Instituto Rodrigo Mendes, com dados do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), escancara esse abismo: se o Brasil mantiver o ritmo atual de formação de professores para educação especial, levaríamos 468 anos para preparar todos os profissionais da rede. Isso significa que, na prática, uma geração inteira de crianças e jovens continuará sem o apoio adequado dentro da sala de aula.

Nos últimos 10 anos, o número de alunos com deficiência mais que dobrou. Hoje, são mais de 2 milhões de matrículas em escolas regulares. Porém, o contingente de docentes formados na área passou de apenas 4,4% para 6,4% no mesmo período. É um crescimento píffio diante da urgência. A proporção de professor para aluno, que já era baixa, piorou: em 2014, havia um docente especializado para cada nove estudantes da educação especial; agora temos apenas um para cada 13.

Essa baixa formação de professores — tanto para a educação básica quanto para a especial — não é fruto do acaso. É consequência direta da desvalorização histórica da profissão docente no Brasil. Salários baixos, falta de infraestrutura mínima, sobrecarga de horas/aula, turmas superlotadas, ausência de capacitação continuada e uma rotina marcada pela exaustão afastam talentos e desestimulam os jovens a seguirem a carreira. Assim, formamos menos professores, e os que se formam, muitas vezes, não recebem a preparação adequada.

É nesse cenário que tenho lutado por uma educação capaz de formar cidadãos conscientes, participativos e preparados para a vida. Por uma educação de inclusão real, que não deixa ninguém para trás e que garante ao aluno com deficiência o direito de aprender e se desenvolver com dignidade. E por uma educação que valorize o professor.

Não é aceitável que a mais nobre das profissões continue recebendo salários aviltantes, sem condições adequadas de trabalho. Por isso, defendi e sigo defendendo que o professor da educação básica pública tenha reajuste salarial sempre que houver aumento dos vencimentos dos parlamentares federais. Se os representantes do povo podem ter seus salários corrigidos, muito mais justo é que aqueles que formam o futuro da nação também sejam valorizados.

Mas a valorização vai além do salário. É preciso garantir condições para que o professor tenha prazer em ensinar e ferramentas para desempenhar seu papel. Um docente bem preparado e respeitado transforma não só o destino de um aluno, mas de toda uma comunidade. Em uma sala de aula inclusiva, ele é o elo entre a criança com deficiência e a sociedade, entre o conhecimento e a autonomia, entre a esperança e a realização.

Sigo firme também na defesa da formação obrigatória dos educadores para o atendimento de alunos com autismo e outras deficiências. Porque inclusão não é apenas colocar todos na mesma sala de aula; inclusão é garantir que cada aluno tenha a oportunidade real de aprender, com professores preparados, motivados e respeitados.

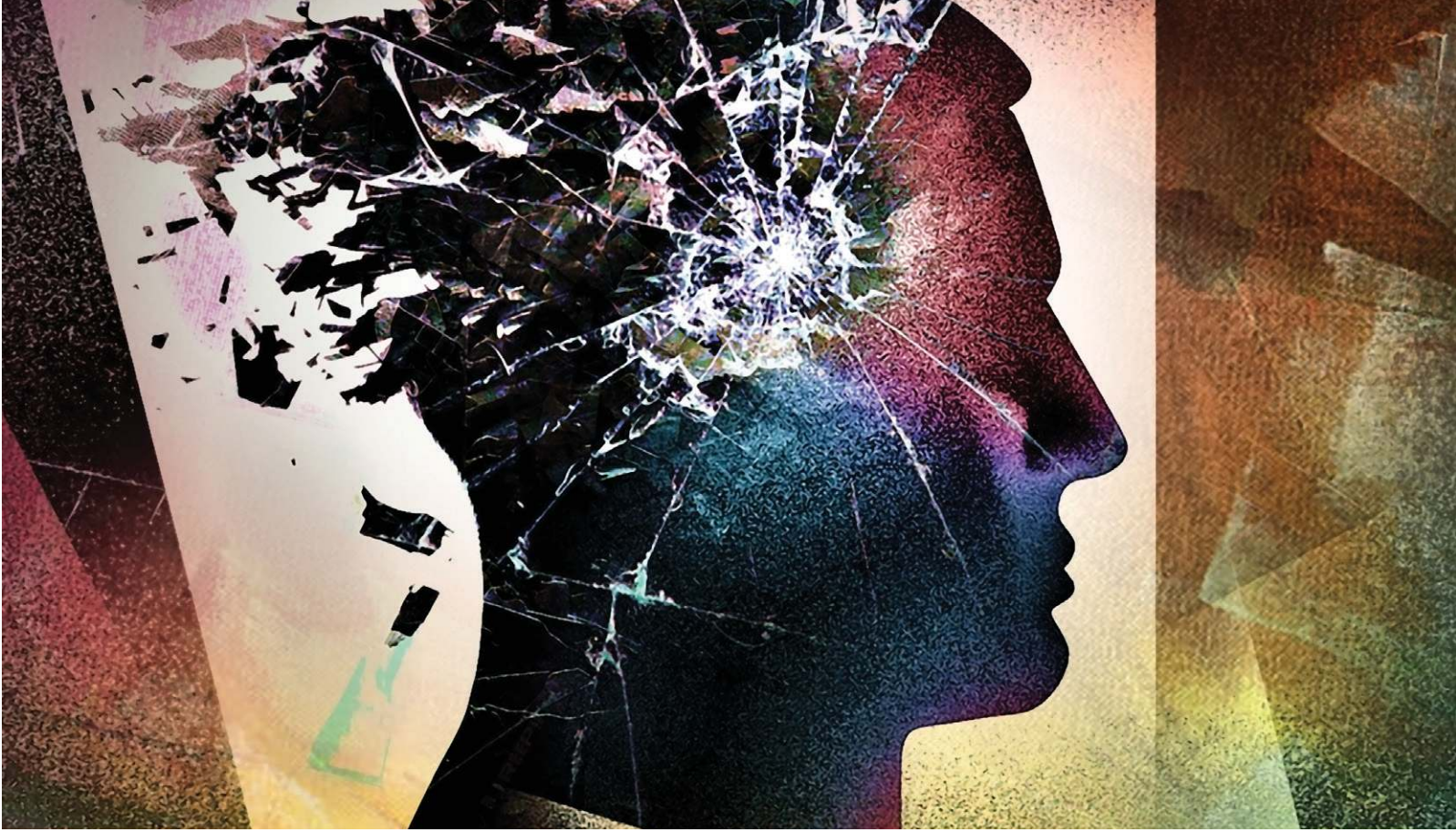
Formação inicial consistente, capacitação continuada, equipes multidisciplinares, salas de recursos multifuncionais, melhores condições de trabalho e remuneração justa — esses são os pilares de uma educação inclusiva que funcione de verdade. Mas ainda há um desafio cultural: reconhecer que a inclusão não é um favor, mas um direito constitucional. Ela está na Lei Brasileira de Inclusão, na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada pelo Brasil, e em tratados internacionais que reforçam a necessidade de garantirmos igualdade de oportunidades.

Se quisermos avançar, precisamos encarar a educação inclusiva como prioridade nacional. Isso significa alocar recursos, planejar políticas públicas efetivas, incentivar parcerias com universidades, apoiar famílias e, principalmente, dar ao professor o protagonismo que ele merece. Não há inclusão sem o olhar atento de quem ensina. Não há transformação social sem o respeito a quem dedica a vida à sala de aula.

É preciso lembrar: o professor é quem transforma a lei em prática, a igualdade em realidade e a esperança em futuro. É ele que dá voz e oportunidade às pessoas com deficiência, garantindo que cada aluno tenha não apenas uma vaga na escola, mas condições reais de aprender e se desenvolver.

Se o Brasil quer uma educação plena, cidadã e, acima de tudo, inclusiva, precisa valorizar o professor. Não podemos esperar séculos para reconhecer isso. O tempo da inclusão é agora, e ele só será verdadeiro se vier de mãos dadas com a valorização de quem ensina.

Maurenilson Freire



Cuidar da Serrinha do Paranoá para ter água no DF



» ISABEL B. SCHMIDT
Professora do Departamento
de Ecologia e pesquisadora da
Rede Biota Cerrado/UnB

» LÚCIA MENDES
Integrante da Associação Preserva Serrinha

O Cerrado é o coração das águas, bombeia água e vida para oito das 12 principais bacias hidrográficas do Brasil. Fornece água para grandes centros urbanos do Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste do país. Fornece água para o agronegócio, que o chama de celeiro do mundo, mas não cuida dele adequadamente. Apesar de ser a savana mais biodiversa do mundo, o Cerrado segue sendo menosprezado pela população brasileira. É o bioma mais desmatado do Brasil, e entre os mais ameaçados do mundo.

O Distrito Federal está no coração do Cerrado. Tem a população mais escolarizada e com maior renda média do país, mas, não por isso, boa conhecedora do ambiente em que mora e do qual depende para viver, comer e se divertir. O Cerrado do DF vai sendo rapidamente consumido pela expansão urbana, e degradado por incêndios.

A Serrinha do Paranoá abriga diversas áreas conservadas que ajudam a manter a capital federal habitável. Nela, nascem córregos que abastecem o

Lago Paranoá e onde persistem tantas espécies de bichos e plantas milenares que ajudam a água a infiltrar no solo e abastecer a todos nós. A Serrinha é parte da Área de Proteção Ambiental (APA) federal do Planalto Central e da APA distrital do Lago Paranoá e abriga o futuro Parque Distrital da Pedra dos Amigos, além de dezenas de trilhas de caminhada e mountain bike. Nem por isso, a Serrinha está protegida da especulação imobiliária e de incêndios criminosos que parecem querer retirar dela o Cerrado e sua capacidade de produzir água.

Incêndios de final da estação seca aumentaram drasticamente no Cerrado nas últimas décadas, causam morte de plantas e bichos silvestres, danos ao solo, assoreamento de rios, danos à saúde de pessoas e de animais domésticos, e mesmo morte de pessoas, como ocorreu em julho de 2025 nas proximidades da Reserva Ecológica do IBGE.

Precisamos, como sociedade, compreender a importância do Cerrado e saber cuidar dele para que continue a nos fornecer ar puro e água. Por ser uma savana, com inverno seco e um verão chuvoso, o Cerrado convive com fogo há mais de 4 milhões de anos. Aqui, os raios das primeiras chuvas frequentemente encontravam capins secos, após meses de estiagem, e iniciavam incêndios naturais, que se espalhavam por grandes áreas de campos e cerrados, onde os capins formam uma camada contínua com suas folhas secas e finas, facilitando a propagação do fogo.

Naturalmente, esses incêndios não atingiam as florestas, como as matas de galeria na beira dos rios e córregos, que são sempre mais úmidas e não têm tantos capins. Por isso, árvores do Cerrado típico

têm cascas grossas, raízes profundas e conseguem rebrotar após o fogo, enquanto as árvores das florestas têm cascas finas e morrem mais facilmente quando atingidas por chamas.

Na ausência de raios, todos os incêndios durante a estação seca são de origem humana. Esses incêndios atingem árvores e animais no momento em que estão se reproduzindo, como indicam as flores de pequi, cagaita, ipês e tantas outras nesta época do ano. São muito prejudiciais para o Cerrado e favorecem o desmatamento e a ocupação ilegal. É o que vimos na Serrinha do Paranoá neste fim de setembro e início de outubro. As chamas consumiram centenas de plantas, deixando animais sem comida nem moradia, pessoas assustadas e intoxicadas, e mostraram claramente a pressão imobiliária sobre a região.

A Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF), Lei 14.944/2024, preconiza que os estados e o DF devem implementar o MIF em seus territórios para prevenir incêndios e reduzir custos de combate. O Governo do Distrito Federal (GDF) avançou nesse sentido em 2024 ao contratar mais brigadistas, por mais tempo do que antes. E precisa continuar avançando.

A comunidade da Serrinha, para o bem de todos no DF, conclama o governo federal e o GDF a ocuparem a Serrinha institucionalmente, combatendo ocupações irregulares e implementando na área um Plano de Manejo Integrado do Fogo (MIF) que, se implantado, será pioneiro no DF e, certamente, ajudará a manter o Cerrado de pé, a água em nosso Lago Paranoá e a qualidade de vida na capital federal.